

# XXVI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa

**Rotas de Signos: Mobilidade Académica  
e Globalização no Espaço da CPLP e Macau**

**TIMOR-LESTE, Díli, 2016**





XXVI Encontro  
Associação das Universidades de  
Língua Portuguesa

TIMOR-LESTE, DÍLI, 2016

# **FICHA TÉCNICA**

## **Título**

ROTAS DE SIGNOS: MOBILIDADE ACADÉMICA  
E GLOBALIZAÇÃO NO ESPAÇO DA CPLP E MACAU

## **Editor**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

## **Coordenação editorial**

Cristina Montalvão Sarmento

Sandra Moura

Pandora Guimarães

Vicente Paulino

## **Design capa e contracapa**

Pandora Guimarães

## **Montagem dos textos e arranjo gráfico**

Pandora Guimarães

## **Lista de participantes**

Sandra Moura

## **Revisão dos textos**

Sandra Moura

Pandora Guimarães

## **Impressão e acabamento**

Europress - Indústria Gráfica

## **Tiragem**

300 exemplares

## **ISBN**

978-989-8271-14-3

## **Depósito Legal**

401763/15

Fotografias da capa de Sérgio Fonseca e da contracapa de Pandora Guimarães.  
Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

**Rotas de Signos:  
Mobilidade Académica e Globalização  
no Espaço da CPLP e Macau**

XXVI Encontro  
Associação das Universidades de Língua  
Portuguesa

TIMOR-LESTE, DÍLI, 2016



# ÍNDICE

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>LISTA DE PARTICIPANTES .....</b> | <b>15</b> |
|-------------------------------------|-----------|

## **SESSÃO DE ABERTURA**

|  |           |
|--|-----------|
| Discurso de abertura do Presidente da Comissão Organizadora da UNTL<br><i>Professor Doutor Vicente Paulino .....</i> | <b>23</b> |
|--|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| Discurso do Presidente da AULP e Vice-Reitor da Universidade de Macau - RAEM<br><i>Professor Doutor Rui Martins .....</i> | <b>25</b> |
|---|-----------|

|  |           |
|--|-----------|
| Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e<br><i>Professor Doutor Francisco Martins .....</i> | <b>29</b> |
|--|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| Discurso de S. Ex. <sup>a</sup> Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação da República Democrática de Timor-Leste<br><i>Doutor António Conceição .....</i> | <b>33</b> |
|---|-----------|

## **TEMA I - Políticas e estratégias de viabilização da mobilidade académica nos países lusófonos**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Promoção da mobilidade académica no âmbito de programas de dupla titulação</b><br><i>Nuno Mangas e Rita Cadima, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal) .....</i> | <b>39</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>A implementação de créditos académicos como factor de viabilização da mobilidade académica nos países lusófonos: uma necessidade regional</b><br><i>Eurico Gungula, Universidade Agostinho Neto (Angola) .....</i> | <b>47</b> |
|---|-----------|

|   |           |
|---|-----------|
| <b>A mobilidade académica e a sua relação com a estratégia de internacionalização da Universidade de Évora</b><br><i>Paulo Quaresma, Universidade de Évora (Portugal) .....</i> | <b>53</b> |
|---|-----------|

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Mobilidade de staff: um contributo para o aprofundamento e o alargamento das parcerias entre instituições de ensino superior da CPLP</b><br><i>Ana Perdigão e Fernando Melício, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal) ..</i> | <b>59</b> |
|--|-----------|

## **TEMA II - Ciências: difusão e desenvolvimento(s) em língua portuguesa**

### **O papel do professor na educação em Moçambique**

*Nobre Santos, Reitor Universidade Zambeze (Moçambique) ..... 73*

### **A importância da língua portuguesa no ensino do Direito em Timor-Leste**

*Maria Ângela Carrascalão, Universidade Nacional Timor Lorosa'e ..... 79*

### **O projecto FischerMan: cooperação e desenvolvimento na região sudoeste do oceano índico**

*Teresa Borges, Universidade do Algarve ..... 85*

### **Multilinguismo e paisagem linguística de Timor-Leste nas últimas décadas: português, tétum, inglês, indonésio**

*Anabela Barros, Universidade do Minho (Portugal) ..... 93*

### **Uma plataforma aberta em língua portuguesa ao serviço da transferência de conhecimento**

*Nuno Mangas e Rita Cadima, Instituto Politécnico de Leiria (Portugal) ..... 113*

## **TEMA III - Rotas de signos: sentidos, migrações e interculturalidade**

### **Signos portugueses no arquipélago de Solor e um relance sobre o enigma da(s) ilha(s) do ouro**

*José Casquilho, Universidade Nacional Timor Lorosa'e ..... 121*

### **Rotas de signos: pós-colonialismo e globalização. Uma tendência das humanidades que não pode ser ignorada**

*Maria Fernanda Costa, Universidade de Macau ..... 139*

### **Português europeu e português de Timor: viagens do léxico antigo e do léxico asiático**

*Anabela Barros, Universidade do Minho (Portugal) ..... 149*

## **TEMA IV - Paisagens, natureza e cultura**

### **As paisagens num modelo alternativo de turismo para Cabo Verde**

*Georgina Melo, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ..... 167*

### **Ruy Cinatti – um poeta crítico e apreciador da natureza**

*Irta Sequeira Baris de Araújo, Universidade Nacional Timor Lorosa'e ..... 181*

## **TEMA V - Outros desafios das instituições de ensino superior da AULP**

### **O ensino superior e a educação intercultural: desafios e perspectivas**

*Sergio Fonseca (Angola)* ..... 189

#### **Rede de enfermagem de saúde da mulher de países de língua portuguesa**

*Maria Bento e Maria Leitão, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (Portugal)* ..... 207

#### **O desafio da internacionalização das instituições de ensino superior – o caso do ISCAP**

*Olimpio Castilho e Anabela Mesquita, Instituto Politécnico do Porto (Portugal)* .. 217

#### **As universidades de língua portuguesa no século XXI: desafios e oportunidades**

*João Câncio Freitas e Júlio Mendes, Universidade do Algarve (Portugal)* ..... 229

#### **Programa Eco-escolas: um contributo para a sustentabilidade ambiental nas instituições de ensino superior**

*Jorge Conde; Ana Ferreira (Instituto Politécnico de Coimbra (Portugal))* ..... 237

#### **A competência intercultural como estratégia de internacionalização e de aproximação entre culturas**

*Natália Moreira Tosatti; Jerônimo Coura-Sobrinho e Liliane de Oliveira Neves, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Brasil)* ..... 243

#### **A especialização do corpo docente e a sua influência na qualidade do ensino. O exemplo dos cursos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC)**

*Jorge Conde; Ana Ferreira (Instituto Politécnico de Coimbra (Portugal))* ..... 251

#### **O papel das instituições de ensino superior na empregabilidade dos seus diplomados – a experiência do Instituto Politécnico de Setúbal**

*Fernanda Pestana, Instituto Politécnico de Setúbal (Portugal)* ..... 257

#### **Ensino superior em Timor-Leste – pedagogia e crítica**

*Miguel Maia dos Santos e Vicente Paulino (Universidade Nacional Timor Lorosa'e)* ..... 265

**Como enfrentar os novos desafios no ensino? Utilização de metodologia inovadora no processo de ensino-aprendizagem, Avaliação e relação professor-estudante-professor com recurso à utilização do simulador em ambiente empresarial de base tecnológica**

*Anabela Mesquita, Susana Bastos, Liliana Azevedo e Helena Oliveira, Instituto Politécnico do Porto (Portugal) ..... 275*

**A luta ontológica de afirmação da imagem positiva do ibero-ásio-ameríndio como elemento democrático da lusofonia: pontos reflexivos para um diálogo da dimensão pedagógica do cinema negro e a Revolução dos Cravos**

*Celso Prudente, Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil) ..... 287*

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Discurso de S. Exa Ministro de Estado Coordenador dos Assunto Sociais e Ministro da Educação de Timor-Leste

*Doutor António Conceição ..... 299*

Discurso de S.Exa. Secretário dos Assuntos Sociais e Cultura do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

*Doutor Alexis Tam Chon Weng ..... 303*

Discurso da representante de S. Exa Secretário Executivo da CPLP, Doutor Murade Murargy

*Doutora Georgina Melo ..... 307*

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade de Macau

*Professor Doutor Wei Zhao ..... 311*

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

*Professor Doutor Francisco Martins ..... 313*



geográfica real mesmo que distorcida – o arquipélago de Solor - as duas elipses a sul incorrem num signo híbrido onde não é fácil distinguir real e imaginário, como veremos na segunda parte deste texto.

É sabido, e documentado, que sucedendo à tomada de Malaca em 1511 por Afonso de Albuquerque, logo em 1512 se iniciou uma viagem de demanda às ilhas das especiarias numa frota comandada por António Abreu que Francisco Rodrigues ilustrou e cartografou, tendo como suporte um mapa javanês que é referido numa carta que Afonso de Albuquerque escreveu em 1 de Abril de 1512 a D. Manuel, rei de Portugal (v. Bulhão Pato, 1884: 64,65). A ilha Solor ocupava um lugar estratégico nas rotas das especiarias e daí ter sido o primeiro lugar onde há notícia de ter sido construída uma fortaleza na região do arquipélago, em 1566. Embora se pense que a expedição de António Abreu contornou o cabo de Flores seguindo pelo norte da ilha Adonara, também é possível que tenha prosseguido pelo estreito de Solor (v. Fig. 3). A presença da religião católica nesta zona é um marco fortemente enraizado com uma profundidade de cinco séculos, de que apresentaremos alguns testemunhos históricos e icónicos.

Na segunda parte temática deste texto prossegue-se a saga dos Descobrimentos portugueses na região. Depois de terem alcançado a ilha Timor em 1514 ou mais provavelmente em 1515 (e.g. Thomaz, 1998: 594; Sousa, 2013; Casquilho, 2014), pode inferir-se que a demanda de terras a Sul continuou, estimulada pela fama da(s) Ilha(s) do Ouro reportada(s) desde as viagens de Marco Polo (c. 1300) e que tem expressão nítida, mesmo que simbólica, no mapa da Figura 1 pelas várias referências presentes do termo “ouro”.

No entanto, há uma obscuridade sobre o tema que só parece poder explicar-se pela denominada “Política de Sigilo” adotada pelos reis de Portugal (e.g. Cortesão, 1940) que parece lógica e mesmo necessária, sobretudo no Oriente onde o antimeridiano de Tordesilhas ainda não estava demarcado num tempo em que a medição da longitude era de uma incerteza substancial. Não parece haver outra explicação para a representação de uma grande massa continental a sul de Java nos Mapas de Dieppe - de que o atlas Vallard (1547) ou o mapa “Delfim” (c. 1536) são exemplos, entre outros - com numerosos topónimos portugueses, a não ser a de que terá existido pelo menos uma viagem de exploração de que Cristovão de Mendonça poderá ser um marco angular, em 1521/22. Esta conclusão ocorre apesar da oposição a tal interpretação por parte de nomes ilustres da historiografia portuguesa como seja Joaquim Pedro de Oliveira Martins. A questão será aqui retomada com elementos recentes - centrada nas obras de referência de Kenneth McIntyre (1982) e Peter Trickett (2007) - e parece poder concluir-se que será inevitável rever a afirmação consagrada historiograficamente de que foi o holandês Willem Janszoon em 1606 o primeiro europeu a descobrir e explorar a costa do que hoje designamos como Austrália. Ainda, e curiosamente, dir-se-ia que as instituições australianas contemporâneas recuperaram a esse respeito uma “política de sigilo” que se procurará interrogar.

## **Signos portugueses no arquipélago de Solor**

### *Res ipsa loquitur*

Existe alguma ambiguidade nos relatos históricos relativos ao termo “Solor”, sendo o mais das vezes reportado a um arquipélago ou conjunto de ilhas como refere por exemplo





do Rosário, donde saíam os missionários para todas as cristandades do Sul (Fr. Jacinto da Encarnação cit. in Viola, 2013: 58).



Figura 3 – O estreito de Boleng ou de Solor, ainda na zona do “boqueirão de Servite”:  
à esquerda Adonara à direita Solor (foto: autor)

### Solor

Em 1558 foi criada a diocese de Malaca de que foi primeiro bispo o dominicano D. Frei Jorge de Santa Luzia, sendo sabido que a partir de 1561 começou a enviar missionários dominicanos para Solor. Diz-nos Frei Luís de Sousa (1866: 345) que a povoação de Lamaqueira no extremo nordeste da ilha terá sido frequentada pelos portugueses desde cerca de 1520, havendo menção a um desembarque de degredados na ilha no início do século XVI (Viola: 2013, 50), tendo-se depois perdido por causa de uma rebelião em 1598/9. O islão teria alguma influência na ilha pois que em 1559 existiria lá uma mesquita (Matos, 1974: 33).

Ainda hoje, na povoação de Lamakera (Lamaqueira), existe um conjunto de canhões entre os quais há um notável e singular porque apresenta as insígnias dos dominicanos junto com as Armas do rei de Portugal.



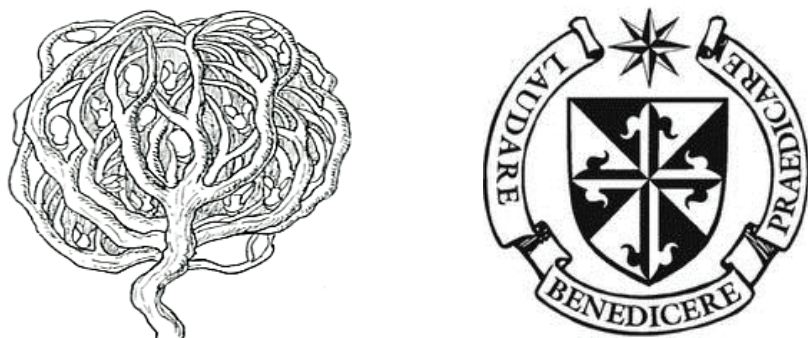


Figura 4 – Composição: no canto superior esquerdo está o conjunto de canhões de Lamakera, enquanto no canto superior direito destaca-se aquele que tem o Escudo de Armas do rei de Portugal, a esfera armilar e elementos da insignia dos dominicanos (fotos: autor); no canto inferior esquerdo está representado D. Manuel, no trono, recebendo a Crônica de D. Duarte de Rui de Pina; no canto inferior direito tem-se as Rosas de Santa Maria na interpretação de Théodore Monod (1978) e a insignia dos Dominicanos, O.P.

Seguindo a hierarquia dos símbolos do topo para a base do canhão, vê-se sucessivamente: a cruz dos dominicanos embutida em quinas; uma forma campanular com arabescos no lugar normalmente ocupado pela coroa real; o Escudo de Armas do rei de Portugal com as quinas e os castelos; a estrela dos dominicanos; a esfera armilar; e a inscrição M.T.B<sup>4</sup>. A ausência da coroa real no canhão pode justificar-se por não ser próprio figurá-la subordinada à cruz dos dominicanos, podendo ter-se utilizado antes uma estilização de outro símbolo dos Descobrimentos portugueses: as rosas de Santa Maria que Gil Eanes terá trazido ao rei D. Duarte como testemunho de que teria passado o Cabo Bojador em 1434 e que Monod (1978) identifica como sendo as rosas de Jericó (*Anastatica hierochuntica* L.), de que se apresenta o esboço do autor também na mesma figura. Ainda se pode ver a representação de D. Manuel I no trono e o Escudo de Armas encimado pela coroa real, assim como a esfera armilar, emblema que lhe foi atribuído misteriosamente por D. João II com a divisa “*Espera*” (Thomaz, 2009).

Observe-se no entanto que a datação do canhão não deverá ser anterior a D. Sebastião, aclamado rei em junho de 1557. A primeira menção documentada relativamente à chegada de uma galeota artilhada à ilha de Solor remete para a data de 1775 (Castro, 1867: 8). Ainda, na ilha Solor, mais concretamente na vizinhança de Lohayong - que aparece designada nos escritos antigos como Laboina (e no mapa da Figura 2 como Lobajom) – há notícia de que o dominicano frei António da Cruz, chegado em 1561, empreendeu na construção de uma fortaleza de pedra iniciada em 1566, considerada a praça-forte mais importante da região até ser tomada pelos holandeses no início do século XVII.

4. Não sei identificar esta sigla; será que poderia significar Molucas (ou Malaca), Timor, Banda - os pólos principais das rotas das especiarias, respetivamente associados ao cravinho, ao sândalo e à noz-moscada? Porventura não será assim, mas seria uma metonímia apelativa da motivação estratégica de Solor.





Figura 5 – Vista panorâmica atual das ruínas da fortaleza de Solor, Lohayong. (foto: autor)

A deterioração das ruínas é hoje substancial, apresentando-se na Figura 6 alguns aspectos, onde se pode ver uma pequena mesquita presumivelmente no lugar antes ocupado por uma capela (talvez a da Senhora da Piedade referida por Viola (2013: 61)) e um canhão não identificado.



Figura 6 – Aspectos do interior das ruínas da fortaleza: em cima, pequena mesquita e casas tradicionais; no meio, canhão (fotos: autor); em baixo, porta da fortaleza nos anos de 1930<sup>5</sup>, atualmente inexistente.

Quanto à história, ainda Castro (1867: 7) - citando Fr. Miguel Rangel num escrito de 1633 - nos diz que os padres, metendo mãos à empresa levantaram em Solor uma fortaleza de pedra e cal com cinco baluartes, tendo dentro a sua igreja também de pedra e cal, casa para o capitão, dormitório para os padres e uma outra casa para seminário. O conjunto constituído pelo forte e aldeamentos contíguos era normalmente designado por “missão de Solor” (v. Figura 7) que no final do século XVI sofreu o primeiro grande revês, tendo sido incendiado pelos gentios revoltados.

5. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:COLLECTIE\\_TROPENMUSEUM\\_Gezicht\\_uit\\_het\\_fort\\_van\\_Solor\\_op\\_Tedoenara\\_TMnr\\_60033462.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:COLLECTIE_TROPENMUSEUM_Gezicht_uit_het_fort_van_Solor_op_Tedoenara_TMnr_60033462.jpg)

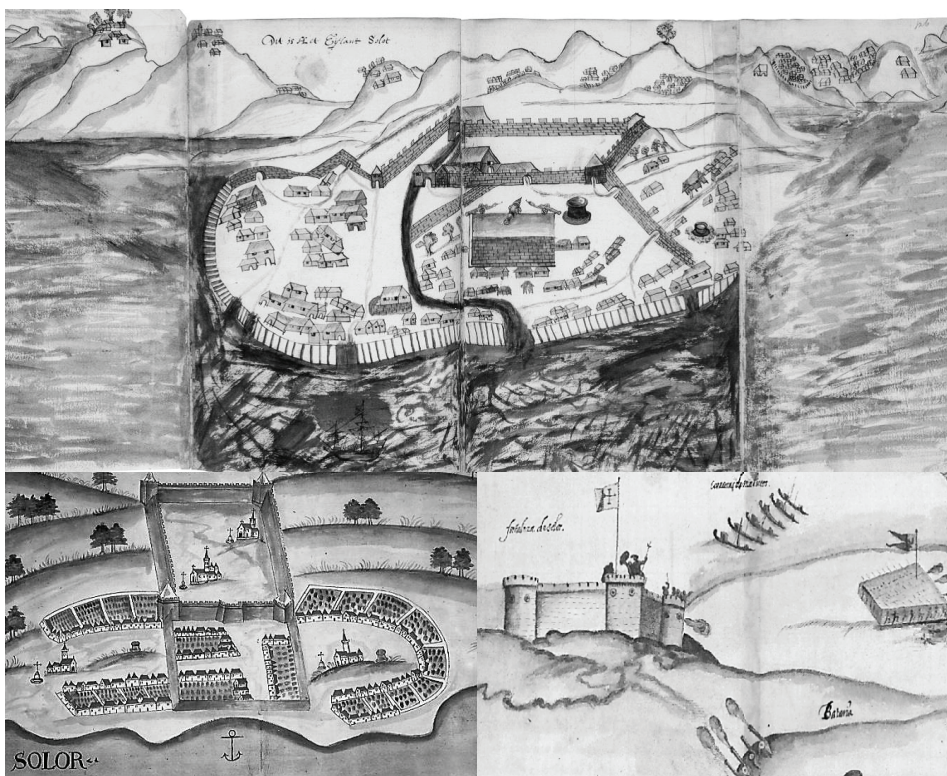


Figura 7 – Missão de Solor: em cima, numa gravura de c. 1603 (Viola, 2013: Anexo I, mapa 6<sup>6</sup>); em baixo, à esquerda: gravura holandesa seiscentista, apresentada em Teodoro de Matos (1974)<sup>7</sup>; abaixo da fortaleza as igrejas são referidas como de S. João Baptista e da Misericórdia<sup>8</sup>; em baixo à direita: aguarela de Emanuel Godinho de Eredia (1615) ilustrando um episódio bélico ocorrido em 1581 na fortaleza de Solor<sup>9</sup>.

Diz-nos Afonso de Castro (1867) que até 1701 não havia nas possessões da Malásia governador nomeado pelo rei e que, no caso de Solor, o superior da missão dominicana era verdadeiramente o governador - embora possam ter sido franciscanos a iniciar a pregação na ilha, pois que foram estes, e não aqueles, que acompanharam António de Abreu na primeira expedição. No entanto, também se afirma que a partir de 1585 a nomeação dos capitães passou a ser competência da coroa, assinada ora directamente pelo rei ora pelo governo da Índia (Viola, 2013: 67).

A missão de Solor - que teria cerca de 1000 habitantes, incluindo naturais, estrangeiros e mestiços, dos quais 200 compunham a guarnição do forte - foi tomada pelos holandeses aliados aos chefes locais soloureses em 1613, após três meses de cerco (v. Viola, 2013: 95, sgts). As condições de rendição para os portugueses - que migraram para Malaca e para Larantuca na ilha de Flores - foram apressadas e favoráveis, porquanto se

6. In: Diário de bordo do Gelderland- parte 2, NL-HaNA, VOC, 1.04.01, inv.nr. 136: 125v-126r.

7. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fortaleza\\_de\\_Solor.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fortaleza_de_Solor.jpg)

8. De acordo com Fr. Miguel Rangel citado em Artur Basílio de Sá, 1958, vol. 5: 330

9. V. Casquilho (2014: 100)

aguardava a qualquer momento a chegada de reforços de Timor, nomeadamente de uma carraca artilhada carregada de sândalo com destino a Macau, que poderia alterar o rumo dos acontecimentos. Os holandeses viriam a abandonar a fortaleza primeiro em 1616 e definitivamente em 1629.

### **Flores – Larantuka**

A área de influência da evangelização cristã, estando inicialmente centrada em Solor, já no ano de 1567 era reportada como estendendo-se a povoações litorais das ilhas vizinhas de Flores (Ende) e Adonara, e em 1599 são enumeradas por Fr. João dos Santos dezoito sítios (estações) de incidência católica no conjunto das três ilhas. Por exemplo, em Larantuka foi erigida uma igreja de invocação de Nossa Senhora que contaria no final do século XVI com cerca de mil devotos. Larantuka é hoje sede de diocese desde meados do século passado, tendo catedral dedicada à Virgem do Rosário, aí designada Rainha Rosari.



Figura 8 - Catedral Rainha Rosari em Larantuka, séc. XX (foto: autor)

Diz-nos Viola (2013: 259) que Ola Ado Bala foi o primeiro rajá que, depois de batizado com o nome de D. Francisco Dias Vieira de Godinho, algures entre 1645 e 1665, submeteu o seu cetro real à Virgem Maria. Em 1887 o mesmo ato simbólico foi protagonizado na cerimónia de entronização do rajá D. Lorenzo Dias Vieira Godinho II e desde então Larantuka ficou sendo designada a “Cidade da Rainha” – Santa Rainha do Rosário. Na entrada da cidade tem-se uma imagem eloquente (v. Fig 9).



Figura 9 – À esquerda: imagem de Rainha Rosari na catedral; à direita: na entrada da cidade. Note-se a singularidade de que as imagens da Virgem do Rosário são portadoras de cetro real (fotos: autor)



Logo na tomada do forte de Solor pelos holandeses em 1613 é referido, por Fr. Miguel Rangel, que a devotíssima imagem de Nossa Senhora do Rosário foi levada para Malaca (Sá, 1958: 333).

A primeira notícia da Confraria de Macáçar (Makassar) é dada a propósito da visita que Frei Lucas da Cruz faz àquele reino em 1641 para onde tinham ido muitos dos refugiados de Malaca e onde já então existia uma Confraria do Rosário - mas quando, exatamente, é que a confraria de Larantuka foi estabelecida é incerto, sendo que as fontes coevas dominicanas não fazem qualquer menção explícita à fundação da irmandade em Larantuka; a *Breve Relação* de 1665 refere que o vigário-comissário das cristandades de Solor, dando cumprimento à ordem do vigário-geral da congregação, levou para Larantuka tudo o que era da igreja e da confraria do Rosário de Macáçar (Viola, 2013: 250 - citando Encarnação, 1665): “Sendo pela segunda vez vigário-geral Fr. Lucas da Cruz que tinha muita notícia do bom procedimento do Fr. António de Macedo mandou-lhe patente de vigário comissário das cristandades de Solor e provisão de comissário do Santo Ofício, com ordem que levasse para Larantuka todas as cousas da Igreja e da Confraria do Rosário. Deu ele cumprimento à obediência e entrou em Solor no fim de 1659.”

### Adonara – Wure

A Confraria do Rosário também marca presença em Wureh (ou Wure), povoação da costa ocidental da ilha Adonara. Conforme nos diz Afonso de Castro (1867:155-181) este foi um dos territórios permutados com os holandeses pelo Conselheiro Lopes de Lima, Governador de Timor, em negociações iniciadas em 1851 e terminadas em 1859, onde é acordada a troca dos domínios sob bandeira portuguesa nas ilhas de Flores, Adonara e Solor por alguns territórios em Timor e uma quantia de duzentos mil florins. Os territórios então cedidos à Holanda foram: Larantuka, Sikka e Paga em Flores; Wure em Adonara; e Pamakayo em Solor. A capela Tuan Berdiri – literalmente traduzida: Senhor Levantado (ou Senhor Ressuscitado) comporta uma imagem de grande dimensão, muito venerada na região (v. Figura 10). A capela estaria possivelmente envolta num complexo fortificado onde existem canhões e é um dos pontos de passagem das cerimónias da *Semana Sancta*, centrada em Larantuka. Esta cerimónia pascal, pelo impacto que tem na região e pela sua profundidade histórica e testemunho multissecular bem poderia considerar-se candidata a Património Imaterial da Humanidade.



Figura 10 – À esquerda: a imagem Tuan Berdiri - Senhor Levantado na capela do mesmo nome em Wureh, Adonara; à direita: canhão na zona exterior da capela (fotos: autor)

## Um relance sobre o enigma da(s) ilha(s) do ouro

*Veritas adamas est*

Conforme foi dito na Introdução, procurar-se-á nesta segunda parte do texto fazer uma incursão sobre o tema da(s) “Ilha(s) do Ouro” que - assim se inferirá - terá levado os descobridores portugueses a serem os primeiros europeus a explorar e cartografar as costas do que hoje designamos como Austrália, A(s) dita(s) Ilha(s) do Ouro nas lendas malaias localizar-se-ia(m) algures a sul de Sumatra. É sabido que houve pelo menos três expedições portuguesas na sua demanda, em 1519, 1521 e 1543 (Thomaz, 1995). Sendo assunto controverso que não será aqui encerrado, e longe de ter reconhecimento historiográfico institucional, não parece poder sustentar-se outra conclusão a não ser que se advogue a existência da representação geográfica de uma massa continental nos mapas de Dieppe como sendo baseada num artefacto exclusivamente imaginário – algo que parece substancialmente improvável. Ainda, e retomando a Figura 1, por exemplo Peters (2003) conclui que, com elevado grau de probabilidade, aí estão representadas Melville Island (“Ouro-Api”) e Bathurst Island (Luca.Antara) das ilhas Tiwi.

### Godinho de Eredia

O tema não é pacífico - Oliveira Martins afirma (1902: 196): “Deve ser isso o que sucedeu com a Austrália no século XVI; não nos parece que português algum a tivesse visitado, porque Eredia nos diz, como veremos, que ninguém ainda tinha ido a Luca-Antara”. E, de facto, a análise de Oliveira Martins é minuciosa, transcrevendo documentos incluindo cartas como o excerto que se segue da missiva de Eredia ao conde da Vidigueira, vice-rei da Índia (idem: 200): “E como assim seja sendo eu provido nesta monção de setembro posso estar em Malaca todo novembro, e por dezembro fazer a viagem até chegar a Solor, donde posso partir em janeiro para Timor ou Ende ou Sabbo e invernar em qualquer destas ilhas e nelas tomar minha informação do Ouro (Oro). E por agosto ou setembro com o nome de Deus todo poderoso cometer o descobrimento da feliz ilha do Ouro (Oro)”.

É sabido que Eredia nunca conseguiu concretizar a sua excursão à(s) ilha(s) do ouro porque ficou retido em Malaca no tempo do governador André Furtado de Mendonça à conta dos conflitos bélicos com holandeses e malaios. Por outro lado, como bem assinala Oliveira Martins, Eredia relata não por conhecimento direto e visual mas por ter recolhido informações a propósito, como por exemplo (idem: 204): “ (...) que declara aquela antiga navegação de Java maior para a Java menor, onde era o maior empório do mundo por causa do ouro e das especiarias e não somente concorriam mercadores do Grã Cathay naqueles portos, mas também da China Mansim e do Arquipelago Indostão e Egipto, como se nota naqueles mouros do porto de Ferlech aportar muito antes da chegada de Marco Polo, no ano 1295”. Como é sabido a ‘Java menor’ referida no relato de Marco Polo só parece poder ser Sumatra, portanto numa localização substancialmente distinta da apresentada na Figura 1 onde é equiparada a Luca-Antara. Ainda nos conta Oliveira Martins que Eredia também recolheu informações de Pedro de Carvalhaes, capitão da fortaleza de Ende (idem: 213): “(...) uma embarcação pequena (...) desgarrada do porto de Sabbo, perderam a terra de vista e (...) depois tiveram vista de Luca Viach, mormente

enxergaram o feliz monte de ouro (...) e acharam na ilha imensa quantidade de ouro que fez espanto (...). E Luca Veach<sup>10</sup> tem um alteroso monte ou alto pico ou cerro maciço de ouro, quero dizer, é o metal tão fértil (...) e com o resplendor parece de longe como uma brasa de fogo”.

Conclui Oliveira Martins que parecem poder inferir-se as seguintes conclusões (idem: 209): a) que antes da era de 1600, poderia ter havido notícia da Austrália, mas não houve descoberta desse continente; b) que se a Luca-Antara de Eredia não é a Austrália, a descoberta pertence aos holandeses; c) que se a identificação se afirma, o descobridor em 1600 não foi Eredia, mas sim o jao (javanês) Chiaymasiuro (rei de Damuth). Convirá ainda recordar que os holandeses criaram em 1602 a Companhia Holandesa das Índias Orientais VOC (*Verenigde Oost-indische Compagnie*) com o objetivo de tentar excluir os competidores europeus das importantes rotas comerciais.



Figura 11 – Excerto de mapa atribuído a Godinho de Eredia ou João Teixeira<sup>11</sup> onde se afirma que Nuca Antara foi descoberta em 1601, aparecendo separada de Java (“Maior”) mas ligada à Nova Guiné - aparentemente ignorando-se o Estreito de Torres.

Conforme também salienta Oliveira Martins, Godinho de Eredia terá imaginado a partir das notícias da viagem de Marco Polo onde se relata que, a partir de Java e navegando setecentas milhas entre sul e sudoeste se alcançaria as ilhas ditas de Sondur e Kondur, a partir das quais rumando cinquenta milhas a sudeste se teria a terra que ele nomeia como “o país de Lochac” (noutras versões Boeach), referindo que os habitantes são idólatras e que o ouro é abundante em tal quantidade que dificilmente se acredita; continua Marco

10. O autor usa indistintamente “Viach” ou “Veach”, em qualquer caso uma adulteração de “Beach” que por sua vez seria antes “Luchac”

11. Também pode ser reclamado como um mapa do atlas de João Teixeira de 1630 (v. Thomaz, 1995, esquema XXI)

Polo narrando que, partindo de Lochac e mantendo um rumo sul ao longo de 500 milhas alcança-se uma ilha chamada Pentan, e de Pentan, navegando cerca de cem milhas na direção sudeste chega-se à ilha Java Menor que tem oito reinos, dos quais Marco Polo dá notícia de seis (Masefield, 1914: 335-338). Enfim, se damos conta destas histórias é para dizer que não se consegue compaginar a designação atual das ilhas com o relato de Marco Polo, nomeadamente tendo em conta as distâncias e as direções: “Java Menor” deverá ser Sumatra, conforme afirma Masefield em nota de rodapé.

E portanto toda a nomenclatura de Eredia aparece enviesada tentando apropriar-se geograficamente destes relatos, conjugados com os de Pedro Carvalhaes. Godinho de Eredia era mestiço - nascido em Malaca filho de um português e de uma princesa de Macáçar - e dir-se-ia que tendo acesso a fontes díspares, orais e escritas, também miscigenou a informação: se compararmos a Figura 1 e as Figuras 11 e 12 tem-se que ‘nusa’ é a palavra malaia que designa ilha e ‘nusantara’ arquipélago, enquanto ‘luca’ será derivado do termo ‘lochac’, reportado por Marco Polo, sendo esse seguramente o caso para ‘luca.vea’ que no texto aparece dita como ‘beach’, deturpação de ‘boeach’, termo corrente em outras edições das Viagens em vez de ‘lochac’. No mapa da Figura 12, também atribuído a Eredia, reafirma-se a descoberta de Nuca Antara, reportando-se muito ouro e especiarias.

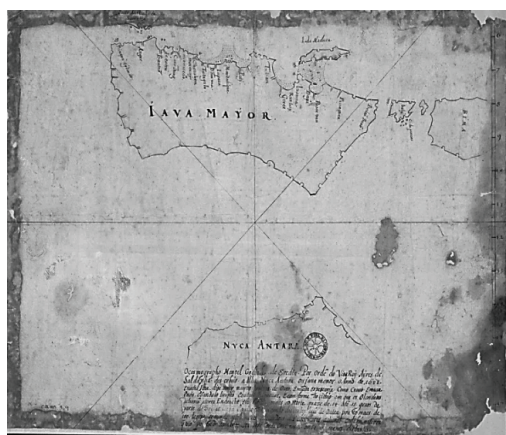


Figura 12 – Mapa de Godinho de Eredia: Java Maior e Nuca Antara<sup>12</sup> (c. 1630)

No entanto, e diferentemente da conclusão de Oliveira Martins, a proliferação de topónimos portugueses nos mapas de Dieppe - e outra evidência empírica hoje existente - parece indicar que não se poderá concluir de outra forma senão que terão sido portugueses os primeiros europeus a descobrir e explorar as costas da Austrália.

### Os mapas de Dieppe

Um ponto de partida para situar os mapas de Dieppe pode ser o Planisfério anónimo português, presumivelmente datado de cerca de 1560 e reproduzido na Figura 13, que na parte da representação do sudeste asiático poderá ter sido redesenhado a partir do mapa atribuído a Gaspar Viegas (c.1537), de que se apresenta um excerto na mesma figura.

12. <https://www.wdl.org/en/item/1027/view/1/1/>



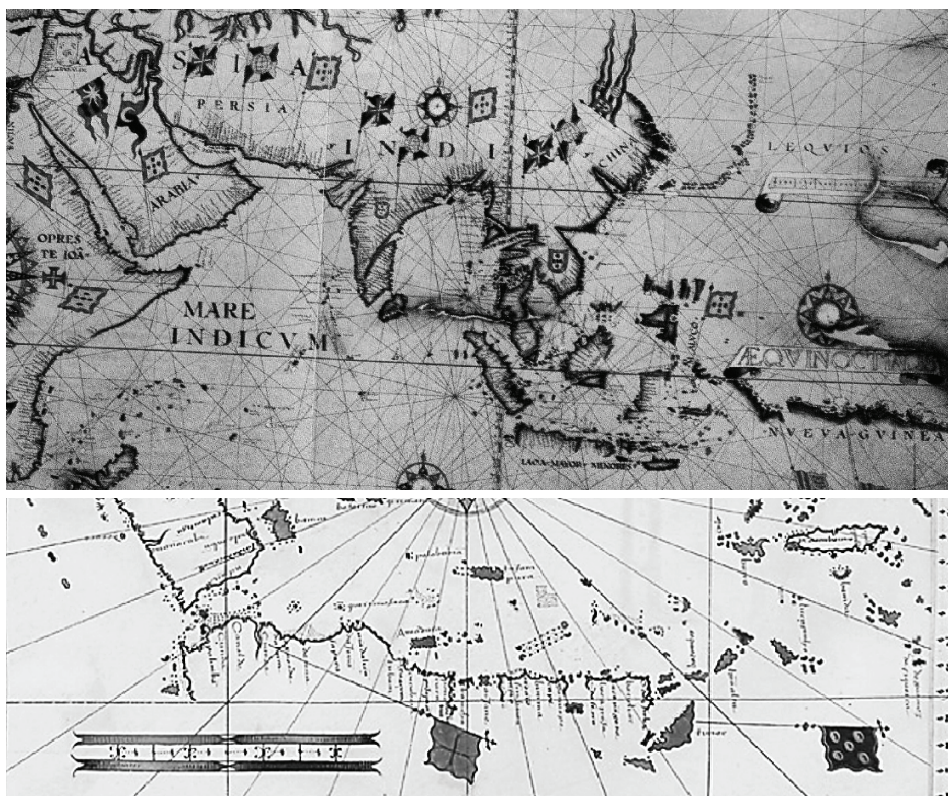


Figura 13 – Planisfério (c. 1560) em cima; em baixo, mapa atribuído a Gaspar Viegas (c. 1537)<sup>13</sup>

Aí se pode ver que estão representadas autonomamente Java (Java Maior), Sumatra e Bornéu, estando a primeira com a costa sul por desenhar, o mesmo acontecendo com a costa oriental de Bornéu, zonas que seriam mal conhecidas – podendo assim inferir-se uma técnica de representação onde o desconhecido era considerado aberto, indefinido, uma arte que parece ter sido introduzida por Diogo Ribeiro em 1525 (Thomaz, 1995). João de Barros refere expressamente na Década III da Ásia que a costa sul da ilha de Java não tinha sido explorada. Mais se vê a preocupação em delimitar os territórios sob alçada da coroa portuguesa por um lado e da coroa espanhola por outro: tem-se uma bandeira portuguesa nas ilhas “Maluco” e bandeiras de Espanha na Nova Guiné.

A dificuldade de estimação da longitude colocava sérias dúvidas sobre a localização exata do antimeridiano de Tordesilhas – mais tarde referenciado como sendo o de 129° E (a partir de Greenwich).

Os mapas da escola francesa de Dieppe, elaborados em meados do século XVI, são monumentos cartográficos de uma beleza notável. Não se destinavam à navegação mas a serem vendidos às elites que os poderiam comprar – monarcas, aristocratas e burgueses capitalistas -, assim podendo contemplar um panorama icónico e/ou simbólico do mundo do seu tempo.

13. Veja-se Ivo Carneiro de Sousa, As Molucas, as Filipinas e os “Corredores” dos Mares do Sul da China

De acordo com McIntyre (1982: 124) a lista dos mapas de Dieppe produzidos é a seguinte: Delfim (1536); Desliens ‘danificado’ (1541); Rotz ‘plano’ (1542); Rotz ‘circular’ (1542); Desceliers ‘Real’ (1546); Desceliers (1550); Desceliers ‘perdido’ (1553); Vallard (1547); Le Testu (1556); Desliens (1563,1566). Não é conhecida nenhuma excursão de reconhecimento por parte de navegadores ou corsários franceses no início do século XVI à região do sudeste asiático, excepto a dos irmãos Parmentier em 1529-30 à ilha Sumatra (Trickett, 2007: 296). Helen Wallis – então curadora do Departamento de Mapas da *British Library* - afirmou, em conferências realizadas em 1981, que os mapas portugueses da Austrália terão sido interceptados pelos franceses em Sumatra antes de terem chegado a Lisboa e que as cópias assim obtidas seguiram diretamente para Dieppe (McIntyre, 1982: 76).

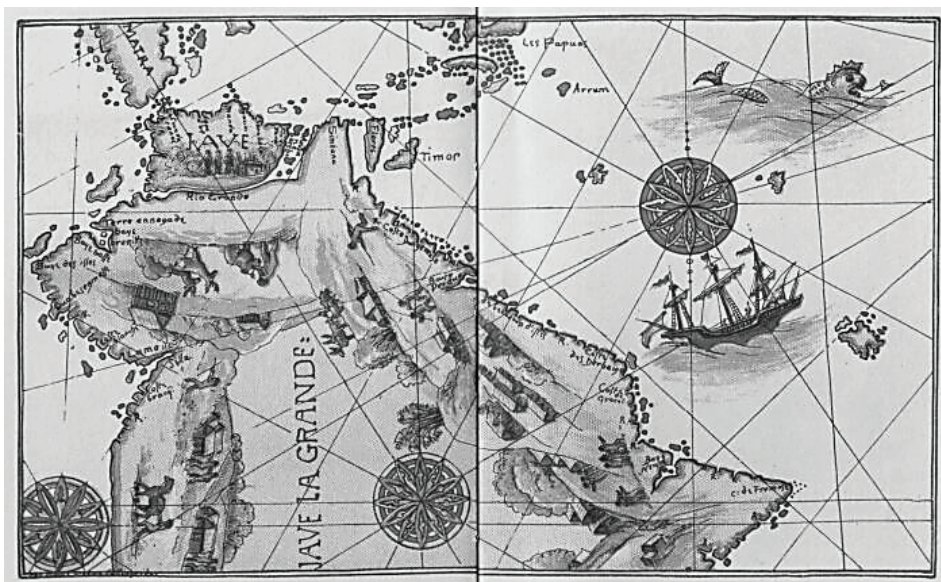
Ainda, os mapas de Dieppe sendo objetos concebidos para vender por preço elevado apresentam ilustrações ou iluminuras de ordem antropológica ou mitológica que são alegóricas - importadas de outros locais ou imaginadas e incorporadas por analogia presumida ou conveniência estilística.

Uma explicação possível para as anomalias geográficas dos mapas de Dieppe é que os geógrafos franceses, dispondo de exemplares de mapas portugueses como os da Figura 13 com o traçado da costa Sul da ilha de Java indefinido, e confrontados com um conjunto de portulanos desagregados que teriam sido interceptados em Sumatra - conforme a afirmação antes referida de Helen Wallis - fizeram a colagem conforme lhes pareceu melhor, no pressuposto que o traçado aberto da costa sul de Java teria continuidade continental. Ou, mais provavelmente, induzidos por João Afonso, piloto português emigrado para França ao serviço de Francisco I que, cerca de 1545, deixou escrito que aquela que se chama Java Menor é uma ilha mas a Grande Java é terra firme. McIntyre (1982: 84) mostra num esquema como se poderá ter ajustado Arnhem-land e Cape York no norte da Austrália respetivamente a Java e à ilha Sumbawa por forma a obter a representação típica constante nos mapas de Dieppe.

Na Figura 14 tem-se uma cópia do mapa “Delfim” ou Harleian, datado de cerca de 1536, nele se podendo observar uma massa terrestre continental a sul de Java, denominada “Java la Grande”. Os críticos de que tal se poderia considerar uma representação da Austrália têm argumentos substantivos: comparando com a localização efetiva da Austrália essa massa terá sido deslocada para oeste em cerca de 20° de longitude, “colando” com a ilha de Java, apenas separadas por um canal nomeado “Rio Grande”; repare-se no contraste entre as costas norte e oeste de Java, com detalhe geográfico e topónimos, e o arco da costa sul e este sem recorte nem topónimos, consentâneo com a ausência de traçado na Carta de Gaspar Viegas e no Planisfério representados na Figura 13.

O atlas Vallard - datado de 1547 - é outro exemplar notável da cartografia de Dieppe, de que Trickett (2007) se serve para uma comparação minuciosa entre o respetivo traçado e mapas atuais, estabelecendo numerosas correspondências biunívocas. As anomalias são localizadas e também são propostas soluções para todos os principais problemas identificados que resultariam da colagem dos portulanos originais efetuada de modo inadequado. Pode ver-se na Figura 15 um excerto, e os numerosos topónimos em português frequentemente galicizado (no mapa: “bonno porto”; “baia neve”; “Rio Seguro”, etc); a principal reentrância nomeada “baia neve” é identificada por Trickett (2007: 157, 158) como sendo a “Botany Bay”, na vizinhança de Sydney.





Além dos mapas existe evidência empírica adicional, como sejam um “peso de chumbo” de rede de pesca encontrado numa praia da ilha Fraser em Queensland, que foi datado como sendo do século XVI e cujo material foi identificado como proveniente da região da península ibérica ou sul de França, ou ainda um objeto de barro, classificado como exemplar típico de um recipiente de vinho de origem ibérica, cuja datação por termoluminescência resultou em 1500 AD mais ou menos duas décadas (Trickett, 2007: 195, 196).

Apesar da evidência documental e circunstancial, a interpretação normativa que continua dominante é a de que os mapas de Dieppe são construções completamente fantasiosas e que, portanto, de forma alguma fazem testemunho de que teriam sido os portugueses os primeiros europeus a descobrir e explorar as costas da Austrália.

Ora, a viagem de Cristovão de Mendonça, realizada nos anos de 1521/2, embora não relatada, permanece um marco incontornável do tema sabendo-se que lhe foi cometida a missão por incumbência real de Manuel I de Portugal; João de Barros refere-se-lhe dizendo que a excursão teria sido desviada para ajudar na construção de uma fortaleza na ilha Sumatra onde se quedou - o que, como bem refere Trickett (2007: 295), não parece compatível com a hierarquia das disposições: uma conveniência local não poderia sobrepor-se a uma ordem real. O mais provável é que essa anotação de João de Barros servisse para ocultar a realização efetiva da missão, que aliás poderia ter sido bem sucedida, se atentarmos em que o Tratado de Saragoça assinado em 1529 entre João III de Portugal e Carlos I de Espanha (imperador Carlos V) importou na demarcação do antimeridiano de Tordesilhas a 297.5 léguas contadas a leste das Molucas, assim garantindo a posse nominal da maior parte do continente australiano sob tutela da coroa portuguesa, a troco de 350000 ducados de ouro - uma quantia muito substancial na época. Que a tutela não se efetivou na colonização pode ser explicada num primeiro momento pela exiguidade de meios humanos e logísticos na região em face de todas as situações a que haveria de acorrer com prioridade, a que seguiu, meio século depois, o desastre de Alcácer-Quibir, a perda da independência de Portugal e a sucessão de conflitos bélicos com os holandeses. Ainda a viagem de Gomes de Sequeira em 1526 aparece associada à representação de uma “ilha dos Homens Brancos” que poderá ser a península do cabo de York (Thomaz, 1995). Finalmente, o mistério da viagem de Jerónimo de Figueiredo em 1542 permanece outro marco a desvendar.

### **A política de Sigilo**

A política de Sigilo como orientação régia tem aspectos que não são consensuais entre os historiadores; no entanto, é sabido que a exportação de mapas bem como a emigração de pilotos terá sido proibida sob pena de morte (Thomaz, 1995), sendo certo que tal política teria sido praticada por várias potências e classificada historicamente como ‘segredo geográfico’ em Cartago, Noruega, Hansa, Veneza, Egipto mameluco e Holanda (Cortesão, 1940: 12); o mesmo autor documenta com exemplos abundantes a política de sigilo e toma por adquirida a certeza indiscutível de que pelo menos desde o tempo de João II tal política se praticou em Portugal (idem: 21), nela incluindo como consequência as cartas da escola francesa de Dieppe. Também Thomaz (2009) exemplifica que, em 1519, D. Manuel mandou seguir pela rota do Cabo a Jorge de Brito com a incumbência de construir um forte em Ternate no maior segredo, e na sua nomeação para capitão da fortaleza dizia-se enganosamente que a ia construir em Sumatra...

O mais interessante de constatar é que, atualmente, dir-se-ia que é a Austrália e em particular as instituições como a National Library, que praticam uma “política de sigilo” relativamente à hipótese de que terão sido os portugueses os primeiros europeus a descobrir e explorar as costas da Austrália, como se pode observar numa notícia publicada no *The Canberra Times* de 18 de janeiro de 2014, onde se pergunta: “porque está

a National Library a esconder os primeiros mapas das costas Australianas – feitos pelos portugueses?”<sup>14</sup>. E, de facto, assim terá sido numa grande exposição realizada e intitulada “*Mapping our World: Terra Incognita to Australia*”, onde por exemplo o mapa de Desceliers (c. 1553) foi obliterado sem que sequer se desse notícia da cópia adquirida pela mesma National Library. Acontece que nesse mapa<sup>15</sup>, na costa ocidental da grande massa continental, existe o termo “Abrolho”, conforme se pode ver na Figura 16, em frente dos recifes que ainda hoje são designados como “Abrolhos Islands, off Geraldton”, tendo ficado o topónimo português retido na deriva dos séculos – “abrolhos”, em qualquer dicionário, significa: ‘recifes’, ‘obstáculos perigosos’, “espinhos” e outros termos análogos, e é formada da contração das palavras “abre-olhos”, sinal de alerta para perigo tangível.



Figura 16 – Troço do mapa de Desceliers (c. 1553): costa ocidental da Austrália frente aos “Houtman Abrolhos” ou “Abrolhos Islands”

No entanto, o enunciado ainda hoje constante na historiografia canónica é que terá sido o holandês Willem Janszoon em 1606 o primeiro europeu a descobrir e explorar as costas da Austrália, seguindo-se-lhe outros exploradores holandeses e franceses, até que em 1770 James Cook avistou a costa sudeste da Australia, tornando-se a referência maior<sup>16</sup>.

Será que a política de sigilo das instituições Australianas relativamente a este tema, para além de razões ideológicas se prende também com outras?



14. <http://www.canberratimes.com.au/act-news/wrong-turn-over-the-first-maps-of-australias-coasts-20140117-310re.html>

15. <http://nla.gov.au/nla.obj-230968361/view>

16. [http://en.wikipedia.org/wiki/European\\_exploration\\_of\\_Australia](http://en.wikipedia.org/wiki/European_exploration_of_Australia)

## Agradecimentos

Ao Professor Francisco Castro Rego (Universidade de Lisboa) pela disponibilização das obras de McIntyre (1982) e de Trickett (2007) e pela “injunção do enigma”... Ao Professor Ivo Carneiro de Sousa (Universidade da Cidade de Macau) pela amável cedência de artigos seus.

## Bibliografia

- Barros, João de. (1553) 1777b. *Da Asia – Decada Terceira*, Parte Primeira. Lisboa: Regia Officina Typographica.
- Bulhão Pato, Raymundo. A. 1884. *Cartas de Affonso de Albuquerque* (Tomo I). Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.
- Castro, Afonso de (1867). *As Possessões Portuguezas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Casquilho, José Pinto (2014). *Memórias do sândalo: Malaca, o atrator Timor e o canal de Solor*. Revista Veritas, nº4, p: 85-106.
- Cortesão, Jaime (1940). *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Seara Nova.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira (1902). *Portugal nos Mares* (2ª Ed.). Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Masefield, John (Ed.) (1908, 1914). *The Travels of Marco Polo the Venetian*. London: J. M. Dent & Sons.
- Matos, Artur Teodoro de. 1974. *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua história*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante D. Henrique, Série Ultramarina.
- McIntyre, Kenneth Gordon (1977, 1982). *The Secret Discovery of Australia*. Sydney: Pan Books (Australia) Pty Ltd.
- Monod, Théodore (1978). *Les Roses de Sancta Marya de Gil Eanes* (1434). Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXVI, pp:1-9
- Peters, N. H. (2003). *Eredia Map 1602 – Ouro and Luca*. Antara Islands. Cartography, vol. 32, n. 2, p: 31-47
- Sousa, Ivo Carneiro de (2006). *As Molucas, as Filipinas e os “Corredores” dos Mares do Sul da China na Cartografia Portuguesa entre 1537 e 1571- Representações Cruzadas de Interesses Divergentes?* Revista de Cultura, vol. 17, p: 119-132
- Sousa, Ivo Carneiro de (2013). *China, Macau e Timor-Leste: História e Desenvolvimento. Lusofonias*, vol. 15, p: 1-5.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1995). *The image of the Archipelago in Portuguese cartography of the 16th and early 17th centuries*. Archipel, vol. 49, p: 79-124.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1998. *De Ceuta a Timor* (2ª Ed.). Algés: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (2009). *D. Manuel, a Índia e o Brasil*. Revista de História, vol. 161, p: 13-57.
- Trickett, Peter (2007). *Beyond Capricorn*. Adelaide: East Street Publications.
- Viola, Maria Alice Marques (2013). *Presença histórica “portuguesa” em Larentuka (séculos XVI e XVII) e suas implicações na contemporaneidade*. Tese de doutoramento em Antropologia - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.